

**RELAÇÕES DE GÊNERO E O FEMINISMO NOS CAMINHOS DA
MEDICINA LEGAL NA BAHIA: MARIA THERESA DE MEDEIROS
PACHECO**

Sabrina Guerra Guimarães¹

Lina Maria Brandão de Aras²

RESUMO:

A presente comunicação objetiva analisar, utilizando a teoria feminista, a trajetória de vida da primeira médica legista do Brasil e primeira diretora de um Instituto Médico Legal no mundo, a Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco e de como ela sendo mulher numa sociedade de discurso androcêntrico, numa área dominada pelos homens, conseguiu ascender na profissão, dando uma roupagem feminina a Medicina Legal na Bahia, onde ficou conhecida por sua competência e solidariedade. Portanto, escrever sobre esta história de vida é um compromisso com a história das mulheres, onde não podemos perder de vista a importância e a necessidade de fazer uma discussão historiográfica sobre onde às mulheres estão inseridas, retirando-as do estado de invisibilidade que a história tradicional as manteve.

Palavras-chave: Medicina Legal - Feminismo - Biografia

ABSTRACT:

Using feminist theory, this paper aims at analyzing the life of Brazil's first female legal medical doctor and the world's first female director of an Institute for Legal Medicine, Dr. Maria Theresa de Medeiros Pacheco. The current work discusses how Dr. Pacheco managed to rise in her profession, despite being a woman in a male-dominated field, living in a society of androcentric discourse, thus contributing to female inclusion in the field of Legal Medicine in Bahia, where she became known for her competence and solidarity. Writing about Dr. Pacheco's life story is a commitment to women's history in that it is an engagement with historiographical discussions of women as active agents - thus challenging the common state of invisibility that women maintain in traditional history.

Keywords: Legal Medicine - Feminism - Biography

¹ Autora: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em História. brinaguerra@hotmail.com

² Co-autora e orientadora: Doutora em História pela USP, é professora dos Programas de Pós-Graduação em História e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). laras@ufba.br

INTRODUÇÃO

Maria Theresa de Medeiros Pacheco, mulher, “branca” (apesar de saber que essa denominação não se aplica ao Brasil, país muito bem demarcado pela miscigenação), nascida em Atalaia- Alagoas, em dois de setembro de 1928, às margens da Usina Rio-Branco, ou seja, herdeira de uma família de posses, filha de José Pacheco Filho “considerado como coronel de usina de cana-de-açúcar”³ e de Carolina de Medeiros Pacheco. Segunda filha de cinco irmãos, desde cedo se mostrou uma criança determinada. Seu pai logo percebeu que a sua personalidade era forte. Aos 20 anos informou a sua família que queria ser médica e decidiu prestar exames na Faculdade de Medicina da Bahia, o que deixou a sua mãe preocupada, porém seu pai (para estranheza da sociedade da época) lhe deu total apoio.

Podemos indicar, logo de início, duas questões cruciais nesse estudo: a raça e a classe e para além delas a geração, levando-se em consideração a tese de doutoramento da Prof.^a Iole Macedo Vanin (2008), cuja pesquisa evidencia que a faixa etária das mulheres ao se formarem na Faculdade de Medicina da Bahia nas décadas de 1920 a 1940 era de 24 anos, o que nos prova que as mulheres que ultrapassavam essas idades não arriscavam a estudar num curso de nível superior, o que já nos aponta para as relações de ordem de gênero patriarcal, onde propaga que o único espaço reservado às mulheres é o lar, cuidando da prole e do marido. Por isso é importante à consonância entre o nosso objeto de pesquisa - Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco, com a teoria feminista em articulação com os “feminismos” será pertinente para percebermos as relações de gênero, raça, classe e geração. Cunhamos aqui o termo feminismos, por concordarmos com Ella Shohat que acredita que ao utilizá-lo no plural, acaba por:

...Ver o feminismo como área de pesquisa de genealogias múltiplas. Essa formulação vai a contrapelo de uma narrativa feminista eurocêntrica que simplesmente situa a emergência do feminismo na Europa e nos Estados Unidos. Também vai a contrapelo de uma narrativa difusionista iluminista que só consegue ver o feminismo no interior do projeto de modernidade. (MALUF E COSTA, 2001: 159).

Nesse sentido não iremos descaracterizar o movimento feminista enquanto pensamento ou de primeira, segunda e terceira onda, pelo contrário, poderemos perceber o quanto estes influenciaram as mulheres a saírem do estágio de subjugação. As fontes documentais e a amplitude da metodologia da história oral nos abrirão inúmeras

³ Raul Coelho Barreto Filho. Entrevistado em 09 de abril de 2012.

possibilidades de visualizar como Dra. Maria Theresa burlou a prática machista para se sobressair numa profissão genuinamente masculina e se tornar um ícone na medicina legal brasileira.

Para chegarmos até a trajetória de vida desta notável médica, não podemos isolá-la do contexto histórico da luta das mulheres que antecedeu a sua época, por acreditarmos que a história não é linear e sim um processo dinâmico e interconectado, por isso, escolhemos alguns pontos para situar a epistemologia que rege essa pesquisa.

O FEMINISMO: PENSAMENTO E MOVIMENTO INFLUENCIANDO AS MULHERES.

É preciso contextualizar a dinâmica do pensamento feminista até tomar a forma de movimento para compreendermos como ele influenciou as mulheres e a saída destas do espaço privado para ocupar o espaço público. Essa trajetória nos ajudará a perceber como Dra. Maria Theresa e outras mulheres se inserem nesse contexto de luta e empoderamento.

Existe uma longa genealogia do pensamento feminista que pode se identificar com a chamada “reclamação das damas”, escritos que se remontam desde a Idade Média que, formulam um pensamento crítico com relação à situação das mulheres. (Nash, 2004:69). Daí em diante as mulheres começaram a escrever sobre o que pensavam da desigualdade feminina, mas o feminismo enquanto pensamento se fortaleceu no século XVIII onde as mulheres discutem a necessidade de garantir direitos na sociedade de forma mais articulada, influenciadas pela Revolução Francesa e pautadas nos mesmos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, porém o objetivo da revolução foi alcançado e, como sendo um movimento burguês, que não tardou a mostrar o seu cunho conservador cuja herança filosófica nos comprovam tais pensamentos.

Rousseau, o grande democrata, entrava em pormenores sobre a natureza feminina que sujeita as mulheres à autoridade masculina. As mulheres, sentenciava ele, são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública. (NYE, 1995:20).

A Revolução Francesa (1789) e as demais revoluções liberais burguesas tinham como objetivo central buscar a igualdade jurídica, liberdade e direitos políticos. Surgindo, assim, a grande contradição pelo fato de excluir as mulheres que tanto lutaram acreditando nesses

ideais. “Os Direitos do Homem e do cidadão” foi proferido pela revolução no sentido literal da palavra, pois só contemplava os homens e as mulheres continuavam exclusas.

Nessa caminhada, podemos observar que as mulheres foram utilizadas por essa revolução como “massa de manobra”, o que foi percebido por Olympia de Gouges que apresentou na França à Assembléia Nacional reformadora a sua “Déclaration des Droits de la femme et de la Citoyenne”. (NYE, 1995:23). Na busca de igualdade para as mulheres, ela indagava sobre que vantagens estas obtiveram com a revolução? Pensamentos que a levaram a ser guilhotinada em 1793.

O advento do mundo moderno sob a égide do capitalismo e industrialismo não modificou o universo feminino, mas as feministas se organizaram e as reivindicações se tornaram constantes. Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi reconhecida como uma das vozes mais importantes do novo feminismo moderno liberal e escreveu a “Reivindicação dos Direitos das Mulheres” (1792). Uma obra avançada para o contexto de sua época, criando uma série de dissabores, dentre eles com Rousseau. Para ela a chave para superar a subordinação das mulheres seria o acesso à educação.

A recomendação de Wollstonecraft era simples: as mulheres devem ser educadas como os homens. Devem ler filosofia, lógica e matemática. Devem ser estimuladas à ginástica; qualquer fragilidade física que tenham deve ser superada e não agravada. Quando tiverem medo, não devem ser afagadas, mas chamadas de covardes. Desse modo, as mulheres se tornarão economicamente independentes e plenamente capazes de participação política. (NYE, 1995:26).

A partir do século XIX o feminismo ganhou forma de movimento, porém ainda não era chamado de “movimento feminista”, mas movimento de mulheres que atraía aqueles homens preocupados com a condição feminina, dentre eles John Stuart Mill que em parceria com Harriet Taylor emitiram suas opiniões.

Mill e Taylor descobriram a justificação para uma correspondente revolução feminista. Esses argumentos forneceriam a agenda para 200 anos de feminismo liberal. As mulheres deveriam ser dotadas de todos os privilégios políticos, inclusive o voto e o direito de concorrer a cargos públicos. Devia também lhes ser facultada a escolha de uma profissão em vez de casar e a educação necessária para a realização dessa ambição. De acordo com os princípios da teoria democrática, tais reformas levariam finalmente à igualdade. (NYE, 1995:27-28).

Tais pensamentos percorreram o mundo e as mulheres se uniram pelo direito ao sufrágio e pela educação, no Brasil ainda no século XIX o pensamento feminista é “introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, cujas obras... marcam o despertar de uma consciência crítica da condição feminina na nossa sociedade.” (SARDENBERG E COSTA,

1993:15). Pensamentos estes que pretendiam garantir as mulheres o direito a educação e a sua profissionalização. Uma grande conquista foi observada na Constituição que liberou o acesso feminino ao ensino superior que começou a ser discutida em 1823, pelo Deputado paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, porém em 19 de abril de 1879, fora outorgado o Decreto 7.247, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho, que permitia a inscrição das mulheres nas universidades do Brasil.

Nas agitações pela Proclamação da República e após ela, a pauta pelo sufrágio foi fortalecida e, assim, adentramos o século XX com a fundação do Partido Republicano Feminino, “tendo à frente Leolinda Daltro, que desenvolveria campanhas de pressão mais próxima ao estilo violento das sufragistas inglesas, chegando mesmo a organizar uma passeata de mulheres, em 1917, no Rio de Janeiro.” (SARDENBERG E COSTA, 1993: 17). Reforçado pela “criação da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922, que a luta pelo sufrágio feminino ganharia maior força.” (ID. IBIDEM).

Na Bahia, a intensificação do movimento feminista começava a despontar na década de 20, mas foi nos anos 30 que ele toma maior impulso, atendendo a demanda da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Na década de 1930 a FBPF conseguiu ampliar-se e congregar 12 associações de mulheres em vários Estados. Na Bahia, a Federação Baiana Pelo Progresso Feminino foi criada em 1931. Imediatamente o feminismo ganhou espaço nos jornais e em eventos culturais da capital. Senhoras importantes, moças de famílias de bem (para escândalo dos conservadores), a exemplo de Amélia Rodrigues, Lili Tosta, Edith Gama Abreu, Dra. Prager Fróes, declaram-se publicamente como feministas em uma pesquisa realizada pelo jornal “A Tarde”. (COSTA, 1994 [a]). Um feminismo essencialmente sufragista, bem comportado, católico. Um feminismo “feminino”, como se costumava identificá-lo. (COSTA, 1998:96).

É nesse contexto que, sem dúvida, as mulheres conquistaram o seu espaço no campo da medicina, porém, esta ainda era em sua maioria exercida pelos homens, devido aos ditames machistas que demarcava os espaços a serem ocupados pelas mulheres como reprodutoras e organizadoras do lar e os homens produtores no âmbito da esfera pública.

Os “anti-feministas”, ao contrário do “feminista”, tentavam convencer que a mulher ao assumir funções tradicionais masculinas, a exemplo das profissões médicas e jurídicas, seria uma figura que traria ou desenvolveria características impróprias e incompatíveis com a função primeira da mulher: a maternidade; uma vez que estas mulheres tornar-se-iam frias, mundanas, imorais, além de irem de encontro ao estabelecido pela natureza. (VANIN, 2008:122).

Este trabalho está epistemologicamente pautado na teoria feminista, por confiarmos que ela busca responder as nossas indagações e inquietações. Apesar de sabermos que dentro desta ocorrem discussões tensas entre as feministas.

Sem dúvida, essa tarefa seria bem menos problemática para todas nós se o pensamento feminista não fosse uma arena de tensões, onde se embatem posicionamentos plurais e polêmicos, quando não conflitantes. É claro que essa diversidade de olhares e de posturas certamente enriquece nossos discursos críticos sobre a sociedade e a ciência, como uma de suas expressões; contudo, as divergências entre feministas tornam impossível falarmos de “epistemologia feminista” no singular. (SARDENBERG, 2002:98).

O interesse não é apresentar as divergências entre as teóricas feministas, mas compreender de que forma desenvolveremos a nossa pesquisa baseada nas construções mais aproximadas da nossa proposta e vale salientar que toda caminhada que discorremos sobre o movimento feminista reconhecemos ser de um feminismo branco, eurocêntrico, conservador, eivado de inúmeras e pertinentes críticas das novas análises feministas, porém eles foram de fundamental importância para a conquista e empoderamento das mulheres da época que citamos.

Termos pontuado o tom da pele do nosso objeto de estudo, demarca o país de que estamos falando: o Brasil e seu já histórico multifacetado de racismo. Para tanto é necessário tratarmos de racismo, porque precisamos entender que as mulheres que se inseriram nas profissões médicas eram em sua maioria brancas, como a própria Dra. Maria Theresa, logo precisamos desse olhar, para compreender as tramas sociais que envolvem a nossa discussão.

Desde a era colonial, as mulheres foram diferenciadas por práticas patriarcais que associaram matrimônio as mulheres brancas e relações sexuais mais ilícitas a não brancas. Enquanto as brancas eram designadas para o reino de sexualidade legítima e honrada, nos papéis de esposas e mães, mulheres africanas escravizadas e depois as mulatas, eram associadas a práticas sexuais ilegítimas e desonradas. Em grande parte por causa de sua relação privilegiada com o patriarcado e com a hegemonia racial, mulheres brancas se tornaram o ponto de referência para construções idealizadas de mulher e de identidade feminina no Brasil. (CALDWELL, 2000: 103).

Apesar de estarmos falando de uma mulher branca reconhecemos que para uma mulher negra isso seria extremamente mais difícil, por isso a pertinência da fala de Sueli Carneiro no que diz respeito à mulher no mercado de trabalho no Brasil.

É sobejamente conhecido a distância que separa negros e brancos no país no que diz respeito à posição ocupacional. O movimento de mulheres negras vem pondo em relevo essa distância, que assume proporções ainda maiores quando o tópico de gênero e raça é levado em consideração. Nesse sentido, é mister que os ganhos obtidos pela luta feminista no mercado de trabalho. Malgrado se constituírem em

grandes avanços, não conseguirem dirimir as desigualdades raciais que obstaculizam maiores avanços para as mulheres negras nessa esfera. Sendo assim, as propostas universalistas da luta das mulheres não só mostram a sua fragilidade, como a impossibilidade de as reivindicações que daí advém, tornarem-se viáveis para enfrentar as especificidades do racismo brasileiro. (CARNEIRO, 2003:120-121).

Por sua vez, Matilde Ribeiro faz uma análise do movimento feminista negro e toda a sua luta e critica o feminismo branco, eurocêntrico e hegemônico.

Nesta viagem pelo processo de organização das mulheres negras e pelos debates e diálogos travados com o movimento feminista, verifica-se que o saldo é bastante positivo. Na busca de um basta à invisibilidade, muitos são os desafios, muitos são os encontros e desencontros, muitas são as possibilidades. Torna-se importante alimentar a utopia de uma sociedade onde caibamos todas, com as nossas diferenças e semelhanças. (RIBEIRO, 1995: 457).

Logo, temos a nítida consciência das problemáticas que envolvem a teoria feminista, as questões de gênero e do discurso androcêntrico que tentou manter as mulheres distantes das construções intelectuais e práticas científicas, das questões de raça, onde esse espaço do intelecto e científico é bem demarcado pelas mulheres de cor branca e não negra, e das questões de classe, onde esta ascensão se deu pela e para a elite, principalmente com as constantes necessidades do sistema capitalista do aumento da sua produção e das relações de poder que demarcam todas essas assertivas.

Nas discussões formuladas acerca do poder, Saffioti explana alguns conceitos apresentados por Marx, Engels e Weber e declarou que acreditava que a análise de poder para Foucault é a mais eficiente, pois “o de constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente em campos sociais de força. Esta concepção de poder permite a análise do fenômeno em pauta quer a nível macro, quer a nível micro. Eis porque a sua utilização é vantajosa.” (SAFFIOTTI, 1992: 185). Esse conceito nos ajudará a perceber as demarcações de espaços masculinos e femininos dentro deste estudo, dos discursos construídos para manter as mulheres na posição de subalternas e legitimando o poder do macho sobre elas, construindo uma rede de significados culturais que permitem toda prática androcêntrica, ou seja, o homem no centro e também acima das mulheres, transformando-a no “outro”, sem autonomia, dominada e explorada.

Optamos aqui pelo termo gênero, por acreditarmos que esse conceito é abrangente:

É relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero tem lugar. (SAFFIOTTI, 1992: 187).

Pensar em gênero é pensar nas relações de ordem de gênero patriarcal e implodi-la, não é a busca por origens da dominação e exploração do homem sobre a mulher, mas saber como se deu e ainda se dão essas relações.

A MEDICINA LEGAL NA BAHIA: HISTÓRIA E ENSINO

Para compreensão do acesso das mulheres as faculdades no Brasil, traçamos em linhas gerais o surgimento da Medicina enquanto ensino superior e como a fundação do curso está relacionada à transferência de D. João com a Corte para o Brasil, devido à invasão de Napoleão na Península Ibérica no início do século XIX. Havia a necessidade de se criar escolas de cirurgia para suprir a falta dos profissionais diplomados que ficaram impossibilitados de virem de Coimbra para o Brasil, portanto, como a cidade da Bahia e o Rio de Janeiro eram as cidades mais prósperas do período colonial e com a influência do pernambucano José Corrêa Picanço, o Barão de Goyana⁴, que intercedeu pela Bahia junto ao Príncipe Regente e foi atendido, fundando o ensino superior entre 1808 e 1809, através da Escola Médica que se chamou Escola de Cirurgia da Bahia, dirigida pelo próprio Barão de Goyana.

Em 1815 passou por uma reforma passando a se chamar Colégio Médico Cirúrgico da Bahia que foi instalada na Santa Casa de Misericórdia e, em 1832, passou a se chamar Faculdade de Medicina da Bahia. Logo depois, em 02 de julho de 1833, a Faculdade de Medicina da Bahia, foi transferida para o prédio do Terreiro de Jesus. Neste período, o poder público não compreendia a importância da Medicina Judiciária, além da desorganização e despreparo dos professores e os estudos da Medicina Legal estavam voltados para a discussão sobre alienação e doenças mentais.⁵

A Medicina Legal abraçou a teoria evolucionista que repudiava a hibridação e abrindo o século XX com diversas dissertações de doutorado defendidas, “nesse local, portanto, a nação foi antes pensada em termos raciais do que entendida a partir de critérios econômicos e culturais”. (SCHWARCZ, 1993:209). Nesse tipo de investigação dá-se mais importância ao

⁴ Médico pernambucano, nascido na então vila de Goyana, José Corrêa Picanço, figura de maior expressão junto à Corte lusa, cirurgião-mor do Reino, amigo pessoal do Rei D.João VI e membro de alto nível das mais conceituadas entidades governamentais portuguesas, títulos estes conservados com a vinda para o Brasil. <http://www.sbh.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=133>

⁵ Pouco se produziu a nível bibliográfico, em compensação, cresceu o jornalismo científico e as revistas, dentre elas a Gazeta Médica da Bahia que, com alguma interrupção, se mantém até os nossos dias com artigos, monografias, relatórios, palestras e conferências sobre a medicina.

criminoso do que ao crime e se começava a verificar os perfis afirmando que havia a degeneração racial, ou seja, a mistura entre brancos e negros formando a mestiçagem no Brasil, era a causa maior de todos os males que sofria a nação. “As raças, por outro lado, serão entendidas como passíveis de mutação, sujeitas a um processo contínuo de saneamento. É o discurso da eugenia que ganha novos adeptos, até mesmo nas radicais fileiras da Faculdade de Medicina da Bahia”. (ID. IBIDEM: 215).

Regeneração era a palavra de ordem nas décadas de 20 e 30 e a repugnância era o sentimento exposto a população miscigenada e isso era notório como também foi escrito em muitas revistas, inclusive a *Gazeta Médica* que expressou o seu pensamento:

A mestiçagem deve ser até certo ponto encarada psicologicamente como factor de degeneração. Entre nós, é constituída de elementos de várias procedências portadores de caracteres étnicos diversos e condições especiaes que sob as influências mesológicas devem trazer uma perturbação inevitavel na organização do equilíbrio inobstavel. A mestiçagem extremada aqui encontrada... Retarda ou dificulta a unificação dos typos, ora perturbando traços essenciaes, ora fazendo reviver nas populações caracteres atávicos de indivíduos mergulhados na noite dos tempos. É preciso mudar as raças... (GMB, 1923:256).

A Medicina Legal na Bahia considerada conceituada por avançar nos estudos para importantes contribuições a sociedade e tradicional por seguir uma lógica comum e mundial contra a mestiçagem, elevou o nome de seus mestres, tendo a Faculdade de Medicina da Bahia como o principal reduto para formar esses profissionais, portanto, desde Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913) que viajou em busca de avanços na área de conhecimento, passando por Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906), o Professor Oscar Freire de Carvalho (1882-1923) e o Professor Estácio Luiz Valente de Lima (1897-1984), que contribuiu para a formação de muitos legistas, tendo sob a sua orientação diversos alunos assistentes, dentre eles Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco.

A BIOGRAFADA: DRA. MARIA THERESA DE MEDEIROS PACHECO.

Antes mesmo de começar a datar sobre os pontos mais importantes da vida profissional da Dra. Maria Theresa estamos conscientes de que ainda temos muito a pesquisar, não só nos documentos oficiais como nas fontes orais. Nessa última, encontramos sempre pontos em comum no depoimento dos entrevistados de que a nossa pesquisada era uma pessoa extremamente humana e sabia como exercer a sua autoridade.

O seu relacionamento social e profissional com os seus colegas era o melhor possível, agradabilíssima e sem perder a sua autoridade, não era uma mulher autoritária, era uma mulher que tinha e mantinha a sua autoridade que é diferente, não era uma ditadora e nem uma tirana, era uma mulher que tinha compostura, absolutamente condigna e que no exercício da profissão, tanto quanto na vida profissional era muito afável.⁶

O viés de autoridade registrada sobre a biografada ficou nítida e foi uma característica adquirida pelo fato de ter chegado sozinha em Salvador, por ser uma mulher que era constantemente assediada na sua época de estudante, conforme ela confessou a sua sobrinha Teresa Cristina de que o “ar” autoritário dela era para se defender desses assédios, pois não foi nada fácil chegar a uma faculdade onde sua grande maioria era de homens e ela tendo que provar a todo instante a sua competência e que não estava ali a passeio e tinha objetivos.

Maria Theresa de Medeiros Pacheco chegou a Salvador em 1948 e foi aprovada no vestibular para a Faculdade de Medicina da Bahia e como aspirante interna por concurso, começou a prestar serviços na Maternidade Climério de Oliveira, mais tarde tornou-se assistente voluntária. “Era defensora das mães pobres baianas, ela sempre dava um jeito de resolver os problemas de todas as mulheres na maternidade”.⁷ Atuou também como interna na Maternidade Nita Costa, no Serviço da Ginecologia do professor Aristides Maltez no Hospital Santa Isabel e foi residente no Hospital Aristides Maltez no 5º ano médico. Concluiu o curso em 1953 e, em 1954, foi convidada pelo Prof. Estácio de Lima, “que foi quem orientou toda a formação científica e cultural da Dra. Maria Theresa”⁸, para atender no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues⁹, com base no seu aprendizado obtido nos serviços de ginecologia e obstetrícia, atendendo as vítimas de atentados sexuais, às crianças, adolescentes e mulheres na especialidade da Sexologia Forense.¹⁰

⁶ Lamartine de Andrade Lima. Entrevistado em 05 de maio de 2011.

⁷ Iracy Silva Costa. Entrevistada em 16 de setembro de 2010.

⁸ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.

⁹ O Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) é o mais antigo dos cinco Institutos que compõem a estrutura do Departamento de Polícia Técnica. Criado em 1905 pelo Prof. Oscar Freire, recebeu o nome Nina Rodrigues da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, em homenagem ao Professor catedrático de Medicina-Legal, Raimundo Nina Rodrigues, falecido naquele mesmo ano. http://www.dpt.ba.gov.br/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=25

¹⁰ Ramo da Medicina Legal que estuda a atividade sexual humana relacionada às questões jurídicas, cíveis e criminais, ou seja, estuda os fenômenos relacionados com a reprodução humana, da concepção até o puerpério (período compreendido entre o parto e o retorno do útero ao seu estado normal que tem duração média de 45 dias) e por ser uma área extremamente ampla precisou ser dividida para atender as necessidades periciais como: *Himeneologia forense*- estuda toda questão médico-legal voltada para o casamento, desde o seu estabelecimento (momento do ato), suas finalidades (proteção à família, o dever de consumir as relações sexuais, procriação, proteção e educação da prole, fidelidade e outros). Impedimentos matrimoniais que podem anular casamentos como: parentesco consanguíneo, adultério, bigamia, crime e impotência masculina e feminina. *Obstetrícia forense*- estuda toda questão médico-legal voltada para a mulher no período gestacional, do parto até o puerpério. Como também a investigação da paternidade através do DNA. *Erotologia forense*- estuda os

É uma maneira de ver, que a entrada da Dra. Maria Theresa no IMLNR tenha modificado a forma de tratamento as vítimas de violência sexual, porque as mulheres eram atendidas por homens, os médicos legistas da época atendiam às senhoras, às moças, e lembremos que na década de 1950 a sociedade ainda tinha e vivia com muitos tabus e a mulher era muito constrangida quando depois de sofrer um atentado sexual ser examinada por homem, embora médico, embora ético, embora fosse um tratamento extremamente delicado para com elas, mas não deixaria de ser uma figura masculina, e a Profa. Maria Theresa foi ali colocada no setor de sexologia forense pelo Prof. Estácio de Lima justamente por isso, ele precisava de uma mulher especialista, competente, para atender aquelas vítimas feminina, realmente nesse sentido modificou uma presença feminina pela primeira vez fazendo perícia¹¹.

A partir daí Dra. Maria Theresa se propõe a aperfeiçoar os seus conhecimentos na área e em 1965 se inscreveu no concurso de Docência Livre da Faculdade de Medicina da Bahia¹². Para reforçar sua formação profissional, em 1969, foi a Paris fazer um ano de Medicina Legal, o que hoje corresponde ao doutorado, se dedicando ao estudo para obtenção do título de assistente estrangeira com a tese: “Alterações dos grupos sanguíneos em sangue de cadáveres putrefeitos e congelados”, com o título original em francês, "De l'evolution post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger". (PACHECO, 1969).

Na Faculdade de Medicina da Bahia ela ministrava as aulas práticas, mas enfrentou, com dificuldades, as aulas teóricas, devido à reforma da Faculdade. Além das aulas serem ministradas em locais fora da Universidade, Maria Theresa manifestou sua decepção com a falta de estrutura e organização da universidade quando assinou o termo de posse da disciplina de Medicina Legal e Deontologia Médica como catedrática, nos porões da secretaria da Faculdade de Medicina da Bahia, nas dependências do Hospital das Clínicas, na presença apenas de uma secretária. Mesmo diante de toda a simplicidade da posse, foi à primeira mulher professora Catedrática da Faculdade de Medicina da Bahia, na cadeira de Medicina Legal e Deontologia Médica, defendendo a tese "Normas de conduta profissional médica" (PACHECO, 1974).

Em 1974, já na direção do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, (desde 1972), trabalhou e estudou para transformar essa instituição, dotando-a com equipamentos modernos para prestar serviços à sociedade baiana. Em 1977 começou um movimento reivindicatório para disponibilização de um espaço que comportasse as novas tecnologias científicas, para

distúrbios do instinto sexual, **crimes sexuais** (campo de atuação da Dra. Maria Theresa), a prostituição, o perigo e contágio.

¹¹ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.

¹² A Docência Livre exigia concursos semelhantes aos que se pretendiam catedráticos, por serem exigidas oito provas: de títulos, prova clínica de psiquiatria forense, de laboratório médico-legal, de sexologia forense, prova escrita de seis horas de duração, prova no cadáver-necropsia completa, exame no vivo em clínica forense, prova oral ou didática com o posto sorteado na hora, dentre os sessenta assuntos do programa. A prova escrita também constava de pontos sorteados na hora da prova, frente à comissão examinadora.

atender de forma eficiente a população. O governador Roberto Santos e seu Secretário de Segurança, o Coronel Luiz Artur de Carvalho, começaram a procurar uma área que pudesse ser dedicada a Medicina Legal, e com os grupos de técnicos em engenharia e arquitetura, Maria Theresa trabalhou incessantemente para que seu projeto saísse da planta e, em 1979, a nova edificação no bairro Vale dos Barris se concretizou¹³.

Maria Theresa de Medeiros Pacheco não deixou filhos, mas criou, como sua filha, a sobrinha Tereza Cristina de Araújo Pacheco e seus demais sobrinhos a chamavam de “Dinda”. Ela foi noiva duas vezes, “mas quando um deles lhe disse que ela teria que ficar cuidando de casa e filhos, ela desistiu”¹⁴. Esse discurso do noivo tem toda a proteção do sistema de ordem de gênero patriarcal, que lutava contra a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que nos reporta ao contexto do processo androcêntrico e ao embate feminista em prol das mulheres.

Neste sentido, que Dra. Maria Theresa optou por não seguir o caminho que era considerado “natural” destinado às mulheres. “Dra. Maria Theresa, tinha absoluta consciência da formação cultural da mulher e pugnava, para que estas se quisessem e almejassem, saíssem daquele estado patriarcal, para progredirem e mudarem a sociedade [...]”¹⁵ E mesmo com o pensamento vigente de que a mulher é a personificação da fragilidade, Dra. Maria Theresa não se intimidava e enfrentou com firmeza e crítica alguns governantes quando se tratava da restauração da Faculdade de Medicina (complexo arquitetônico do Terreiro de Jesus). Onde ela presidia reuniões semanais para tratar desse assunto, essa luta perdurou por 12 anos.

A professora era realmente de uma grande ação e graças a ela a faculdade não diluiu, as coisas foram muito difíceis, nós não tivemos facilidades, a nossa comissão pegou tempos duríssimos, houve descrença externa, falta de apoio, descaso, nós apelamos da Presidência da República até a Prefeitura Municipal... Depois de uma longa luta a faculdade conseguiu ter a restauração do seu prédio o que ainda não está concluída... E eu faço uma comparação como a Dra. Maria Theresa fazia, ela dizia: para o carnaval o governo gasta uma fortuna, para um único artista ou um bloco, mas para a cultura, para a educação, para o ensino, para o preparo intelectual da nossa juventude não dá nada.¹⁶

A frente da direção do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues ela era uma referência não só nas perícias destinadas a sexologia forense, como também em necropsias para identificar a causa mortis, dentre eles um caso famoso que muito chamou a atenção do Brasil, a morte de Paulo César Farias (PC) e sua namorada Suzana Marcolino. Naquela oportunidade,

¹³“Para a história do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues antigo, situado no Pelourinho, na sede da Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus, e também para a sua nova sede, cf. Lima (1979).”

¹⁴ Tereza Cristina de Araújo Pacheco. Entrevistada em 29 de abril de 2011.

¹⁵ Lamartine de Andrade Lima. Entrevista citada.

¹⁶ Id. Ibidem.

fora convidada pelo Secretário de Segurança Pública do Estado de Alagoas Antônio Azevêdo Amaral para fazer exames técnicos nas vísceras do casal.

Sem querer adiantar quaisquer das hipóteses sobre as mortes de PC Farias e sua namorada, Suzana Marcolino, Maria Theresa disse que o convite do Secretário de Segurança Pública de Alagoas deve-se basicamente à credibilidade que o Departamento de Polícia Técnica da Bahia do qual faz parte o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, tem junto aos estados do Norte e Nordeste do País. Totalmente reformulado desde dezembro do ano passado e considerado um dos melhores do País... (JORNAL A TARDE, 25 de junho 1996: 12).

Durante a sua gestão no Departamento de Polícia Técnica, ela investiu em tecnologia e equipamentos modernos e até após a sua saída deste, ela era constantemente chamada até lá por seu entendimento profundo daquela instituição. Nesse sentido, ela possuía dois projetos: o primeiro era a fundação de um laboratório de Medicina Molecular; e, o segundo, de escrever um Tratado da Medicina Legal, o que não foi possível, devido ao seu falecimento no dia 12 de maio de 2010.

AS FONTES

A metodologia da História Oral nos reportará, através dos depoimentos a trajetória da pesquisada, partindo do seu nascimento, a sua infância, adolescência, a fase adulta, especialmente quando decidiu ser uma estudante de medicina, a sua labuta para enfrentar o discurso de uma sociedade patriarcal e se sobressair na carreira ganhando notoriamente e respeito de seus colegas de profissão.

Seguindo o raciocínio de Michael Pollack, “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral”. (POLLAK, 1992:8). Partindo desse pressuposto, a análise realizada por ele trará uma discussão sobre o trabalho do pesquisador e a sensibilidade epistemológica que precisa ter para a tomada dos depoimentos, pois pode haver a multiplicação de objetos que poderão ser úteis à história, porém, é necessário realizar uma crítica rigorosa e metodológica para filtrar as informações pertinentes coletadas da fonte oral.

Outro ponto importante são os cuidados com as fontes orais, pois “sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre o nosso entendimento do passado.” (ALBERTI, 2004:22). Portanto,

acreditamos na eficácia da história oral para firmar a sua cumplicidade e compromisso com a subjetividade.

Os documentos de história oral são sempre resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente. Documentos escritos são fixos, eles existem tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que os tenhamos encontrado. Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que pesquisas o chamem para a existência. A condição para a existência da fonte escrita é a emissão; para as fontes orais é a transmissão... (PORTELLI, 1997: 35).

No que tange as relações entre a biografia e os estudos de gênero não podem passar despercebidas, pois, a crítica realizada pelas feministas sobre as biografias são baseadas em mulheres que tiveram grande notoriedade dentro da sociedade, seja no campo político, cultural ou religioso, analisada por sua condição financeira ou pela beleza que possuíam. A proposta adotada não só por feministas como também por historiadores é: biografar e apresentar mulheres que não necessariamente precisem de atributos e feitos grandiosos para merecerem um detalhamento da sua história, pois a memória destas mulheres pode evidenciar dados importantes dentro de uma construção patriarcal que sempre deixou as mulheres à margem dos homens e, sem a documentação escrita, a história oral torna-se essencial para dar voz à memória dessas mulheres.

Pode-se escrever a vida de um indivíduo? Essa questão, que levanta pontos importantes para a historiografia, geralmente se esvazia em meio a certas simplificações que tomam como pretexto a falta de fontes. Meu intento é mostrar que essa não é a única e nem mesmo a principal dificuldade. Em muitos casos, as distorções mais gritantes se deve ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. (LEVI, 2006: 169).

Seguindo este raciocínio, Bourdieu chama a atenção para que não se cometa o erro de seguir uma definição linear.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem o outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diferentes estações. (BOURDIEU, 1996:13).

As fontes documentais escritas, como os periódicos, nos norteiam no sentido de analisar os casos que envolveram o nome da Dra. Maria Theresa, desde o seu primeiro momento de atuação no Instituto Médico Legal Nina Rodrigues em 1954. As revistas, dentre

elas a Gazeta Médica da Bahia, nos permite analisar o discurso da área médica o que nos possibilita identificar facilmente as relações de ordem de gênero patriarcal, além de contextualizar o quão foi difícil à inserção das mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia.

Os processos-crime servem para mapear, quantificar e mensurar os laudos de Dra. Maria Theresa e mais: se na confecção destes há diferença na escrita feminina para a masculina e se houve uma sensibilidade da parte dela como fica claro nos depoimentos orais que ela se incomodava profundamente com as mulheres violentadas.

HISTÓRIA DAS MULHERES

Michele Perrot em “Escrever a história das mulheres” (PERROT, 2007) analisa o silêncio rompido dessa história, da invisibilidade ao seu nascimento, das representações das mulheres: os discursos e imagens. Ela nos dá uma compreensão da emergência não só dela, mas clama os historiadores e pesquisadores que percebam a necessidade de inserir as mulheres na história e das mudanças que devemos perceber ao escrever esta.

A história das mulheres mudou em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas e culturais. (PERROT, 2007:15-16).

Portanto, escrever sobre a trajetória da Dra. Maria Theresa de Medeiros Pacheco é um compromisso com a história das mulheres, onde não podemos perder de vista a importância e necessidade de continuar fazendo uma discussão historiográfica onde as mulheres estejam inseridas e com enfoque nas questões de gênero.

Para que serve a história das mulheres? E a resposta viria simples: para fazê-las existir, viver e ser. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história. Acreditamos que não interessa ao historiador fazer a história das mulheres em termos de erros ou de acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria um terrível anacronismo. Sua função maior deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação das tensões e das contradições que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-

se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual faz parte integrante. Trata-se, igualmente, de um desafio no sentido de fazer a história total da mulher, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, dos comportamentos, aquelas, dos sentimentos religiosos ou das mentalidades, as demográficas e as técnicas. Mas história da qual não esteja ausente os pequenos gestos, as práticas miúdas e repetitivas do cotidiano, as furtivas formas de consentimento e interiorização das pressões simbólicas ou concretas, exercidas contra as mulheres. (DEL PRIORE, 1998:235).

Não basta apenas descrever a história das mulheres, em especial desta mulher que fez o seu nome na história da medicina baiana, mas, também, analisar todo o contexto e suas implicações dentro desta sociedade.

A definição do objeto é particularmente decisiva para esta discussão. Marc Bloch deu uma definição simples e acessível da história como “ciência dos homens no tempo”. Esta fórmula pode ser transposta e ajustada ao sexo, definindo a história das mulheres como “a ciência das mulheres no tempo”. (TILLY, 1994:30).

Com esta análise de Tilly, podemos transportá-la para a escrita de uma biografia, onde não podemos perder o foco do que propõe Scott, que é fundamental utilizar a categoria gênero (SCOTT, 1996) para compreender o processo histórico não só do passado como também do presente e ao percebermos que em todas as situações a história foi masculinizada, nos dá ânimo para escrever a história presente com a tão real participação feminina em todos os setores da sociedade e no nosso caso, em especial, a medicina.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1996.

CALDWELL, Kia Lilly. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. Revista Estudos Feministas. Ano 8, 2000.

CARNEIRO, Suely. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v.17, n. 49, 2003.

COSTA, Ana Alice A. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM//UFBA-ALBA, 1998.

DEL PRIORE, M. *História das Mulheres: as vozes do silêncio*. In.: FREITAS, M.C. de. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes., AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Ed. FVG, 2006.

LIMA, Estácio de. *Velho e novo "Nina"*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1979.

MALUF, Sonia; COSTA, Claudia. Feminismo fora do centro: Entrevista com Ella Sohat. *Estudos Feministas*, N. 01, 2001.

NASH, Mary. Transgresoras, visionárias y luchadoras. Movimiento de mujeres e propuestas feministas. In.: NASH, Mary. *Mujeres en el mundo. História, retos e movimientos*. Madrid: Alianza Editorial. 2004.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PACHECO, Maria Theresa M. *De l'evolution [sic] post-mortem des groupes sanguins: mémoire pour le titre d'Assistant Etranger*. Paris: L'Unite [sic] d'enseignement et de recherche de medecine [sic] legale de Paris, 1969.

_____. *Normas de conduta profissional médica*. Tese de concurso para professor titular de Medicina Legal e Deontologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Salvador: Escola Gráfica N. S. de Loreto, 1974.

PERROT, M. Escrever a história das mulheres. In.: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, vol. 5 n. 10. 1992.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História-14. São Paulo. 1997.

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres negras brasileiras, de Bertiooga a Beijing”. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995. Dossiê Mulheres Negras.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Wallach Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1996, 3º edição.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando Gênero e Classe Social*. In: COSTA, A. O & BRUSCHINI, C. (orgs). Uma questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

SARDENBERG, Cecília M. B., COSTA, Ana Alice A. *Feminismos e Feministas*. Revista Baiana de Enfermagem. Salvador, v. 6. N. 2. Out. 1993.

_____. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: Sardenberg, Cecília Maria. Bacellar. *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Redor. (Coleção Bahiana). 2002.

TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. Cadernos Pagu (3), 1994.

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Salvador: UFBA, 2008. (Tese de Doutorado em História).

FONTES ORAIS

Iracly Silva Costa: ex-administradora da Maternidade Climério de Oliveira.

Lamartine de Andrade Lima: médico legista.

Raul Coelho Barreto Filho: médico legista e ex-diretor do Departamento de Polícia Técnica.

Tereza Cristina de Araújo Pacheco: médica e sobrinha da Dra. Maria Theresa.

PERIÓDICO

JORNAL A TARDE - 25 de junho 1996.

REVISTA

GAZETA MÉDICA DA BAHIA – 1923.

SITES

<http://www.sbm.org.br/index.asp?p=noticias&codigo=133>

http://www.dpt.ba.gov.br/index.php?site=1&modulo=eva_conteudo&co_cod=25